

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	41
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	42
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.162.161	1.157.932
1.01	Ativo Circulante	134.192	121.848
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.878	88.552
1.01.03	Contas a Receber	12.206	13.986
1.01.03.01	Clientes	1.367	1.288
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.367	1.288
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.839	12.698
1.01.03.02.01	Rendas a receber	10.839	12.698
1.01.04	Estoques	7.238	7.205
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.950	11.914
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.950	11.914
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	10.880	10.880
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.070	1.034
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	920	191
1.01.08.03	Outros	920	191
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	872	143
1.02	Ativo Não Circulante	1.027.969	1.036.084
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.983	1.800
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.983	1.800
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	952	947
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	335	347
1.02.01.10.05	Outros créditos	696	506
1.02.03	Imobilizado	1.007.681	1.015.103
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	981.260	989.981
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.604	302
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.817	24.820
1.02.04	Intangível	18.305	19.181
1.02.04.01	Intangíveis	18.305	19.181
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	17.723	18.574
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	201	201
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	381	406

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.162.161	1.157.932
2.01	Passivo Circulante	48.743	51.107
2.01.02	Fornecedores	2.047	4.472
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.047	4.472
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.494	5.943
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.449	5.753
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.146	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.303	5.753
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	24	86
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	21	104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.289	5.108
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.289	5.108
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.289	5.108
2.01.05	Outras Obrigações	31.220	30.973
2.01.05.02	Outros	31.220	30.973
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.493	21.491
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	6.620	6.411
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.107	3.071
2.01.06	Provisões	5.693	4.611
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54	55
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	54	55
2.01.06.02	Outras Provisões	5.639	4.556
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.639	4.556
2.02	Passivo Não Circulante	200.411	197.524
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	94.264	93.483
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	94.264	93.483
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	94.264	93.483
2.02.02	Outras Obrigações	58.217	53.893
2.02.02.02	Outros	58.217	53.893
2.02.02.02.05	Uso do bem público	55.641	52.360
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	2.576	1.533
2.02.03	Tributos Diferidos	22.237	24.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.237	24.952
2.02.04	Provisões	25.693	25.196
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.242	14.472
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.549	1.501
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.693	12.971
2.02.04.02	Outras Provisões	10.451	10.724
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.857	10.130
2.02.04.02.04	Outras provisões	594	594
2.03	Patrimônio Líquido	913.007	909.301
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	90.225	90.225

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.04.01	Reserva Legal	54.252	54.252
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	12.347	12.347
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	10.708	10.708
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.706	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	144	144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	31.464	36.218
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.356	-13.578
3.02.01	Custo com energia elétrica	-78	-327
3.02.02	Custo de operação	-14.278	-13.251
3.03	Resultado Bruto	17.108	22.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.638	-3.173
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.628	-3.134
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.628	-3.134
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10	-39
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.470	19.467
3.06	Resultado Financeiro	-8.908	-3.630
3.06.01	Receitas Financeiras	479	837
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.387	-4.467
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.562	15.837
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.856	-5.354
3.08.01	Corrente	-4.571	-6.499
3.08.02	Diferido	2.715	1.145
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.706	10.483
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.706	10.483
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,00656
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0,00656
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	3.706	10.483
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.706	10.483

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.519	26.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.682	29.826
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.562	15.837
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.720	9.782
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.962	1.900
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	5.055	1.481
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	48	49
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	732	539
6.01.01.15	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	14	-190
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	0	-112
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	12	12
6.01.01.20	Outros	1.577	528
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.163	-3.349
6.01.02.01	Concessionárias	-79	71
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-114	-205
6.01.02.03	Rendas a receber	1.859	3.879
6.01.02.04	Estoques	-33	-88
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	0	-18
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-919	-361
6.01.02.08	Fornecedores	-2.425	-1.031
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-4.474	-1.498
6.01.02.13	Provisões	-800	-724
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.565	-1.326
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-207	1.501
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.406	-3.549
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87	-642
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-87	-642
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-106	-85
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-106	-85
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.326	25.750
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.552	37.862
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.878	63.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	90.225	0	144	909.301
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	90.225	0	144	909.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.706	0	3.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.706	0	3.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	90.225	3.706	144	913.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	100.615	0	97	919.644
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	100.615	0	97	919.644
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.483	0	10.483
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.483	0	10.483
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	100.615	10.483	97	930.127

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	34.868	40.746
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.770	40.018
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	98	728
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.864	-3.563
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	101	-179
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.487	-2.752
7.02.04	Outros	-478	-632
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-187	-180
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-291	-452
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.004	37.183
7.04	Retenções	-9.781	-9.843
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.781	-9.843
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.223	27.340
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	502	870
7.06.02	Receitas Financeiras	502	870
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.725	28.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.725	28.210
7.08.01	Pessoal	3.889	3.522
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.948	2.740
7.08.01.02	Benefícios	669	599
7.08.01.03	F.G.T.S.	272	183
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.728	9.697
7.08.02.01	Federais	5.642	9.555
7.08.02.02	Estaduais	37	117
7.08.02.03	Municipais	49	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.402	4.508
7.08.03.01	Juros	9.387	4.467
7.08.03.02	Aluguéis	15	41
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.706	10.483
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.706	10.483

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2021(*)

() Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.*

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

Comentário do Desempenho**PRINCIPAIS INDICADORES**

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T21	2020	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.162.161	1.157.932	0,4%
Patrimônio líquido	R\$ mil	913.007	909.301	0,4%
Dívida líquida	R\$ mil	-1.325	10.039	-113,2%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,00	0,01	-113,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,01	0,07	-117,6%

RESULTADOS	Unidade	Acumulado		Var. %
		03M21	03M20	
Receita Líquida	R\$ mil	31.464	36.218	-13,1%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(16.916)	(16.424)	3,0%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(78)	(327)	-76,1%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	14.470	19.467	-25,7%
EBITDA	R\$ mil	24.190	29.249	-17,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	(8.908)	(3.630)	145,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	5.562	15.837	-64,9%
Lucro líquido	R\$ mil	3.706	10.483	-64,6%

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T21, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.288,8 GWh de energia, valor 4,66% menor do que os 1.348,9 GWh gerados no 1T20, devido à redução da afluência (vazão) do Rio Tocantins. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do 1T21 no valor de 98,3%, 0,7 pontos percentuais acima dos 97,6% ao final do 1T20.

Comentário do Desempenho

**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	03M21	03M20	%
Receita operacional bruta	34.770	40.018	-13,1%
(-) Deduções à receita operacional	(3.306)	(3.800)	-13,0%
Receita operacional líquida	31.464	36.218	-13,1%
Gastos não gerenciáveis	(78)	(327)	-76,1%
Energia elétrica comprada para revenda	93	(162)	-157,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(170)	(164)	3,7%
Margem bruta	31.386	35.891	-12,6%
Gastos gerenciáveis	(16.916)	(16.424)	3,0%
Total PMSO	(7.196)	(6.642)	8,3%
Pessoal	(4.482)	(4.014)	11,7%
Materiais	(275)	(231)	19,0%
Serviços de terceiros	(2.068)	(1.814)	14,0%
Arrendamentos e aluguéis	(14)	(41)	-65,9%
Provisões e contingências	(10)	(39)	-74,4%
Outros gastos gerenciáveis	(347)	(503)	-31,0%
Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens	-	-	0,0%
Outras	(347)	(503)	-31,0%
Depreciação e amortização	(9.720)	(9.782)	-0,6%
Depreciação	(8.839)	(8.868)	-0,3%
Amortização	(881)	(914)	-3,6%
Resultado do serviço (EBIT)	14.470	19.467	-25,7%
EBITDA	24.190	29.249	-17,3%
Margem EBITDA	76,9%	80,8%	-4,8%
Resultado financeiro líquido	(8.908)	(3.630)	145,4%
Receitas financeiras	479	837	-42,8%
Despesas financeiras	(9.387)	(4.467)	110,1%
LAIR	5.562	15.837	-64,9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.856)	(5.354)	-65,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.571)	(6.499)	-29,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.715	1.145	137,1%
Lucro líquido	3.706	10.483	-64,6%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 31,4 milhões no 1T21, decréscimo de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 4,7 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Comentário do Desempenho



Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,1 milhão no primeiro trimestre do ano, R\$ 0,2 milhão melhor que resultado do 3T20.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 16,9 milhões no primeiro trimestre de 2021, aumento de 3,0% em relação ao primeiro trimestre de 2020

No primeiro trimestre de 2021 o **EBITDA** alcançou R\$ 24,1 milhões, valor 17,3% inferior ao alcançado no 1T20, devido à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 9,7 milhões, 0,6% inferior ao 1T20.

A variação do **Resultado Financeiro** líquido 1T21 foi negativa em R\$ 8,9 milhões, 145,4% superior ao 1T20, decorrente do aumento de despesas financeiras, mais especificamente na atualização de UBP ao índice IGPM.

No 1T21, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 3,7 milhão, queda de 64,6% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T21	4T20	var.%	1T20	var.%
(+) Dívida bruta	100.553	98.591	2,0%	94.220	6,7%
(-) Disponibilidades	-101.878	-88.552	15,0%	-63.612	60,2%
(=) Dívida líquida	-1.325	10.039	-113,2%	30.608	-104,3%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 100,5 milhões em 30 de março de 2021, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 101,8 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 1,3 milhões em 31 de março de 2021, decréscimo de 104,3% em relação ao 4T20. Essa variação ocorreu, em maior parte, devido ao aumento da geração de caixa operacional da empresa.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.878	88.552
Concessionárias		1.367	1.288
Rendas a receber	5	10.839	12.698
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	10.880	10.880
Outros tributos compensáveis	6	1.070	1.034
Estoques		7.238	7.205
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos	9	872	143
Total do Ativo Circulante		134.192	121.848
Não circulante			
Depósitos vinculados	14	952	947
Prêmio de risco - GSF		335	347
Outros créditos	9	696	506
		1.983	1.800
Imobilizado	10	1.007.681	1.015.103
Intangível	11	18.305	19.181
		1.025.986	1.034.284
Total do Ativo Não circulante		1.027.969	1.036.084
TOTAL DO ATIVO		1.162.161	1.157.932
PASSIVO	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	2.047	4.472
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	2.145	
Outros tributos a recolher	6	1.349	5.943
Dividendos		21.493	21.491
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	6.289	5.108
Benefícios pós-emprego		54	55
Uso do bem público		6.620	6.411
Provisões	14	5.639	4.556
Outras contas a pagar	9	3.107	3.071
Total do Passivo Circulante		48.743	51.107
Não circulante			
Tributos diferidos	7	22.237	24.952
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	94.264	93.483
Benefícios pós-emprego		1.549	1.501
Uso do bem público		55.641	52.360
Provisões	14	24.144	23.695
Outras contas a pagar	9	2.576	1.533
Total do Passivo Não circulante		200.411	197.524
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	804.459	804.459
Reservas de capital	-	14.473	14.473
Reservas de lucros	-	90.225	90.225
Outros resultados abrangentes		144	144
Lucros acumulados		3.706	
Total do Patrimônio líquido		913.007	909.301
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.162.161	1.157.932

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2021	2020
Receitas	16	31.464	36.218
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	17		
Custo do serviço de energia elétrica		(78)	(327)
Custo de operação		(14.278)	(13.251)
		(14.356)	(13.578)
Lucro bruto		17.108	22.640
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(2.628)	(3.134)
Outras despesas e receitas operacionais		(10)	(39)
		(2.638)	(3.173)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		14.470	19.467
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		479	837
Despesas financeiras		(9.387)	(4.467)
		(8.908)	(3.630)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		5.562	15.837
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.571)	(6.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.715	1.145
		(1.856)	(5.354)
Lucro líquido do período		3.706	10.483
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	20		
ON			0,00656
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,03669	0,03669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do período	3.706	10.483
Resultado abrangente do período	<u><u>3.706</u></u>	<u><u>10.483</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Período de 3 meses findos em 31 de março					
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	804.459	14.473	100.615	97	-	919.644
Lucro líquido do período					10.483	10.483
Saldos em 31 de março de 2020	804.459	14.473	100.615	97	10.483	930.127

	Período de 3 meses findos em 31 de março					
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	804.459	14.473	90.225	144	-	909.301
Lucro líquido do período					3.706	3.706
Saldos em 31 de março de 2021	804.459	14.473	90.225	144	3.706	913.007

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		5.562	15.837
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		9.720	9.782
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		1.962	1.900
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		5.055	1.481
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		14	(190)
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		48	49
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		732	539
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.589	538
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(112)
Amortização do prêmio de risco - GSF		12	12
Outros		(12)	(10)
		<u>24.682</u>	<u>29.826</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(79)	71
Outros tributos compensáveis		(114)	(205)
Estoques		(33)	(88)
Cauções e depósitos vinculados			(18)
Rendas a receber		1.859	3.879
Outros ativos operacionais		(919)	(361)
		<u>714</u>	<u>3.278</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.425)	(1.031)
Outros tributos a recolher		(4.474)	(1.498)
Provisões		(800)	(724)
Uso do bem público		(1.565)	(1.326)
Outros passivos operacionais		(207)	1.501
		<u>(9.471)</u>	<u>(3.078)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>15.925</u>	<u>30.026</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.406)	(3.549)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>13.519</u>	<u>26.477</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(87)	(642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(87)</u>	<u>(642)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(106)	(85)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	22.1	<u>(106)</u>	<u>(85)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>13.326</u>	<u>25.750</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		101.878	63.612
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		88.552	37.862
		<u>13.326</u>	<u>25.750</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2021	2020
Geração do valor adicionado	34.868	40.746
Receita operacional	34.770	40.018
Receita relativa à construção de ativos próprios	98	728
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.864)	(3.563)
Custos da energia comprada	101	(179)
Encargos de uso da rede elétrica	(187)	(180)
Materiais	(360)	(331)
Serviços de terceiros	(2.127)	(2.421)
Outros custos operacionais	(291)	(452)
Valor adicionado bruto	32.004	37.183
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.781)	(9.843)
Valor adicionado líquido produzido	22.223	27.340
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	502	870
Valor adicionado total a distribuir	22.725	28.210
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.948	2.740
Benefícios	669	599
FGTS	272	183
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.642	9.555
Estaduais	37	117
Municipais	49	25
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	9.387	4.467
Aluguéis	15	41
	19.019	17.727
Lucros retidos	3.706	10.483
	22.725	28.210

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. O contrato de arrendamento não está no alcance do CPC 06 (R2), conforme avaliação contábil elaborada pela Administração da Companhia, uma vez que na essência se trata de um negócio, e não um ativo.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2021 de R\$6.697, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2021, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$62.261 (R\$58.770 em 31 de dezembro de 2020). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE (Nota 3.1.1).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Para o período findo em 31 de março de 2021, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 15 de abril de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2020.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 19 de fevereiro de 2021. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2020	Título da nota explicativa	Justificativa
2.7	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(a)
5	Concessionárias	(a)
10	Estoques	(a)
11	Prêmio de risco - GSF	(a)
16	Dividendos	(b)
18	Benefício pós emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(a)
21.3	Reservas	(a)
21.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
21.3.4	Reserva de investimento	(b)
21.3.5	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.1.1	Ativos financeiros	(b)
27.1.1.2	Passivos financeiros	(b)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo	(b)
30	Cobertura de seguros	(a)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2021, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 9.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 16); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 14.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o período findo em 31 de março de 2021 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

Para o período findo em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.1), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requeressem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Eventos significativos no período

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que o mundo encontra-se em uma pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocam intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.1.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021

Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021	A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência toma as providências necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19.	O percentual de repasse da Companhia destinado à CDE é de 30%

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.351	780
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	100.527	87.772
	100.527	87.772
Total	101.878	88.552

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 99,50% a 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020
Lajeado Energia	7.912	9.269
Paulista Lajeado	759	889
CEB Lajeado	2.168	2.540
	10.839	12.698

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente, sendo a operação da usina de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 16), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2020 ser maior que o IPCA que havia sido projetado para o exercício, houve um aumento refletido no CA de 0,7 p.p; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2021 em relação ao exercício anterior de 0,8 p.p..

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

		Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2021
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	10.880			2.406	(2.406)	10.880
Total Circulante		10.880	-	-	2.406	(2.406)	10.880
Outros tributos compensáveis							
ICMS		15					15
PIS e COFINS		-	118			(118)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		898	56			(20)	934
Outros		121					121
Total Circulante		1.034	174		-	(138)	1.070
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	4.571			(2.426)	2.145
Total Circulante		-	4.571		-	(2.426)	2.145
Outros tributos a recolher							
ICMS		86	47		(108)		25
PIS e COFINS		1.086	3.239		(3.161)	(118)	1.046
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		258	72		(256)		74
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.2	4.200		(2)	(4.198)		-
Encargos com pessoal		313	884		(994)		203
Outros		-			1		1
Total Circulante		5.943	4.242	(2)	(8.716)	(118)	1.349

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$10.880 refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

6.2 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$4.200 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2020 e que foi liquidado em janeiro de 2021.

7 Tributos diferidos

Nota	Passivo Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	14	14
Imposto de renda e contribuição social	22.223	24.938
	22.237	24.952

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2021	2020
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		470	454			16	16
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.430	3.185			245	170
Uso do bem público - CPC 25		21.169	19.982	2.588	2.643	1.242	107
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			40.301	40.968	667	646
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		74	74				
Licenças ambientais		345	69	4.916	5.189	549	256
Outras		205	207	111	109	(4)	(50)
Total bruto		25.693	23.971	47.916	48.909	2.715	1.145
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(25.693)	(23.971)	(25.693)	(23.971)		
Total		-	-	22.223	24.938		

7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos**

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do período e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	Total Não circulante
2.977	3.969	3.969	3.061	2.758	8.959	25.693

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

				Ativo		Passivo		Resultado			
				Circulante		Não circulante		Não circulante		Operacionais	
										Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
				Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021
Concessionárias											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	234,88	01/08/2002 à 15/12/2032	240	203					760	506
EDP São Paulo	Controle Comum	234,88	01/08/2005 à 15/12/2032	7	6					21	14
Uso do sistema de transmissão											
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 à 15/12/2032	22	20					71	57
				269	229	-	-	-	-	852	577
Rendas a receber (Nota 5)											
Arrendamento UHE Lajeado											
Lajeado	Controladora direta		15/01/1998 à 15/01/2033	7.912	9.269					23.738	27.808
CEB Lajeado	Acionista não controlador			2.168	2.540					6.504	7.619
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			759	889					2.276	2.666
				10.839	12.698	-	-	-	-	32.518	38.093
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 9)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 à 31/12/2021			25	25	964	1.089	(371)	(368)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 à 31/12/2021					16	12	(51)	(55)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 à 31/12/2021					215	234	(649)	(549)
Contrato de prestação de serviços (d)											
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 à 30/11/2024					71	69	(217)	(205)
				-	-	25	25	1.266	1.404	(1.288)	(1.177)
				11.108	12.927	25	25	1.266	1.404	32.082	37.493

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco, EDP Varejista e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março

	2021				2020			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	159	19	37	215	186	19	37	242
Benefícios de curto prazo (b)	6			6	5			5
Total	165	19	37	221	191	19	37	247

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso		55	39	485
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			25
Despesas pagas antecipadamente	9.3	790	57	186
Outros		27	47	
Total		872	143	696
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		112	230	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			1.266
Arrendamentos e aluguéis	9.1	262	151	1.310
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.2	2.597	2.573	
Encargos Setoriais		64	50	
Outros		72	67	
Total		3.107	3.071	2.576

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**9.1 Arrendamentos e Aluguéis**

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/03/2021
Edifícios	9.1.1	151	135	(97)	55	1	245
Veículos		-	-	(9)	26	-	17
Total Circulante		151	135	(106)	81	1	262
Edifícios	9.1.1	129	1.249	-	(81)	13	1.310
Total Não circulante		129	1.249	-	(81)	13	1.310

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2021	187	8,67%	17	6,63%
2022	58	10,50%	-	-
Total Circulante	245	-	17	-
Não Circulante				
2022	207	10,50%	-	-
2023	241	10,90%	-	-
2024	216	11,19%	-	-
2025	216	11,19%	-	-
2026	216	11,19%	-	-
2027 até 2039	214	9,86%	-	-
Total Não circulante	1.310	-	-	-

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	2.704	1.571
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(250)	(145)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 10).

O valor de adições refere-se principalmente a nova sede da Controladora localizada em São Paulo.

9.1.1 Ingressos

O valor de ingressos de R\$1.384 refere-se principalmente a nova sede da filial da controladora localizada em São Paulo.

9.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

9.3 Despesas pagas antecipadamente

O montante de R\$976, refere-se substancialmente ao ingresso de contrato de seguro de risco operacional em janeiro de 2021 pago antecipadamente pela Companhia.

10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10.1 Composição do imobilizado**

	31/03/2021				31/12/2020			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(252.693)	442.268	2,00	694.961	(249.218)	445.743
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(143.773)	190.598	2,23	334.371	(141.911)	192.460
Máquinas e equipamentos	3,11	430.729	(208.940)	221.789	3,11	431.171	(206.078)	225.093
Veículos	14,29	598	(475)	123	14,29	734	(599)	135
Móveis e utensílios	7,17	867	(133)	734	7,17	867	(118)	749
		1.579.285	(606.014)	973.271		1.579.863	(597.924)	981.939
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(313)	216	3,22	529	(309)	220
Máquinas e equipamentos	2,43	17.560	(10.956)	6.604	2,44	17.560	(10.872)	6.688
		18.089	(11.269)	6.820		18.089	(11.181)	6.908
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(3)	90				-
Máquinas e equipamentos	11,56	1.280	(856)	424	11,03	1.458	(1.012)	446
Veículos	14,29	703	(590)	113	14,29	703	(568)	135
Móveis e utensílios	8,53	797	(255)	542	6,57	834	(281)	553
		2.873	(1.704)	1.169		2.995	(1.861)	1.134
Total do imobilizado em serviço		1.600.247	(618.987)	981.260		1.600.947	(610.966)	989.981
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,38	2.189	(603)	1.586	32,76	831	(529)	302
Veículos	120,00	262	(244)	18	50,00	235	(235)	-
Total Ativos de direito de uso		2.451	(847)	1.604		1.066	(764)	302
Imobilizado em curso								
Geração		24.639		24.639		24.695		24.695
Administração		178		178		125		125
Total do imobilizado em curso		24.817	-	24.817		24.820	-	24.820
Total do imobilizado		1.627.515	(619.834)	1.007.681		1.626.833	(611.730)	1.015.103

10.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2020	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação	Valor líquido 31/03/2021
Imobilizado em serviço							
Terrenos		117.759					117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		445.743			(3.475)		442.268
Edificações, obras civis e benfeitorias		192.680		93	(1.869)		190.904
Máquinas e equipamentos		232.227			(3.410)		228.817
Veículos		270			(34)		236
Móveis e utensílios		1.302		3	(29)		1.276
Total do imobilizado em serviço		989.981	-	96	(8.817)	-	981.260
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		302	1.357		(73)		1.586
Veículos		-	27		(9)		18
Total Ativos de direito de uso		302	1.384	-	(82)	-	1.604
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos		11.219	95	(93)			11.221
Depósitos Judiciais	14.1.1.1	13.138					13.138
Outros		463		(3)		(2)	458
Total do imobilizado em curso		24.820	95	(96)	-	(2)	24.817
Total do imobilizado		1.015.103	1.479	-	(8.899)	(2)	1.007.681

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.1 Composição do intangível**

	31/03/2021				31/12/2020			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(76)	2	20,00	78	(76)	2
Direito de concessão - Licenças ambientais	19,82	22.014	(11.905)	10.109	25,42	22.014	(11.216)	10.798
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(12.525)	7.612	3,22	20.137	(12.363)	7.774
		42.229	(24.506)	17.723		42.229	(23.655)	18.574
Administração								
Software	20,00	1.054	(853)	201	20,00	1.268	(1.067)	201
		1.054	(853)	201		1.268	(1.067)	201
Total do intangível em serviço		43.283	(25.359)	17.924		43.497	(24.722)	18.775
Intangível em curso								
Administração		381	-	381		406	-	406
Total do intangível em curso		381	-	381		406	-	406
Total do intangível		43.664	(25.359)	18.305		43.903	(24.722)	19.181

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2020	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido 31/03/2021
Intangível em serviço							
Software		203		30	(30)		203
Direito de concessão - Licenças ambientais		10.798			(689)		10.109
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	7.774			(162)		7.612
Total do intangível em serviço		18.775	-	30	(881)	-	17.924
Intangível em curso							
Software		406	3	(30)		2	381
Total do intangível em curso		406	3	(30)	-	2	381
Total do intangível		19.181	3	-	(881)	2	18.305

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

12 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/03/2021	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica		62	62
Materiais e serviços	12.1	1.985	4.410
Total		2.047	4.472

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Materiais e serviços

A redução no período ocorreu devido ao pagamento de serviços de manutenção, instalação, inspeção e drenagem da UG de energia.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2021				31/12/2020			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
			Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativas	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	6.289	35.226	59.038	100.553	5.108	35.664	57.819	98.591
Total			6.289	35.226	59.038	100.553	5.108	35.664	57.819	98.591

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

13.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2021 de R\$100.553 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor líquido em 31/12/2020	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2021
Circulante				
Juros	5.108	1.181		6.289
	5.108	1.181	-	6.289
Não circulante				
Principal	57.819		1.219	59.038
Juros	35.664	(1.181)	743	35.226
	93.483	(1.181)	1.962	94.264

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2021	5.109
2022	1.180
	6.289
Não circulante	
2022	3.257
2023	3.995
2024	3.675
2025	3.381
2026 até 2030	13.253
2031 até 2035	66.703
	94.264
Total	100.553

14 Provisões e Depósitos vinculados

	Passivo				Ativo	
	Provisões				Depósitos vinculados	
	Circulante		Não circulante		Não circulante	
Nota	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1		14.287	13.565	952	947
Licenças ambientais	14.2	5.639	4.556	9.857	10.130	
Total		5.639	4.556	24.144	23.695	952

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2021	Depósito judicial
						31/03/2021
						31/12/2020
Cíveis	12.971			722	13.693	219
Outros	594	10	(10)		594	220
Total Não circulante	13.565	10	(10)	722	14.287	219

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.171 em 31 de março de 2021 (R\$1.109 em 31 de dezembro de 2020).

14.1.1.1 Cíveis**Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2021 é de R\$2.877 (R\$2.725 em 31 de dezembro de 2020).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2021 é de R\$10.816 (R\$10.246 em 31 de dezembro de 2020). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março de 2021 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2020) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

14.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		31/03/2021	31/12/2020	Depósito judicial	
				31/03/2021	31/12/2020
Trabalhistas				59	58
Cíveis	14.1.2.1	141.618	134.152		
Fiscais		3.626	3.781		
Total		145.244	137.933	59	58

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$927 em 31 de março de 2020 (R\$925 em 31 de dezembro de 2020).

14.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2021 de R\$141.409 (R\$133.957 em 31 de dezembro de 2020).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2021 de R\$100 (R\$95 em 31 de dezembro de 2020).

14.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2021 é de R\$674 (R\$669 em 31 de dezembro de 2020).

14.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$790 (R\$711 em 2020). Para 2021 e 2020, a totalidade destes montantes referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2021
Circulante	4.556	11	(790)	444	1.427	(9)	5.639
Não circulante	10.130			861	(1.427)	293	9.857
Total	14.686	11	(790)	1.305	-	284	15.496

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 13). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2021 face a 31 de dezembro de 2020. Segue a composição do Capital social:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31/03/2021 e 31/12/2020												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNR"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNA"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNB"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNC"	% Participa- ção	Total	% Participa- ção
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

16

Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Período de 3 meses findos em 31 de março				
Nota	MWh (*)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	8.538	8.032	1.922	1.630
Energia de curto prazo	933	770	144	114
Arrendamentos e aluguéis	5		32.518	38.093
Outras receitas operacionais			186	181
Receita operacional bruta	9.471	8.802	34.770	40.018
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS			(3.216)	(3.702)
	-	-	(3.216)	(3.702)
Encargos do consumidor				
P&D			(16)	(15)
CDE			(2)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(65)	(76)
Taxa de fiscalização			(7)	(7)
	-	-	(90)	(98)
	-	-	(3.306)	(3.800)
Receitas	9.471	8.802	31.464	36.218

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

17

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Período de 3 meses findos em 31 de março					
2021					
Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	17.1	(93)			(93)
Encargos de uso da rede elétrica		170			170
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.2		3.273	1.209	4.482
Material		265	10		275
Serviços de terceiros	17.3	1.058	1.010		2.068
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.1	8.722	37		8.759
Depreciação - Ativos de direito de uso	10.1		80		80
Amortização		851	30		881
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1			10	10
Arrendamentos e aluguéis		13	1		14
Outras		1	251		348
Total		78	14.278	10	16.994

Período de 3 meses findos em 31 de março					
2020					
Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		162			162
Encargos de uso da rede elétrica		164			164
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.2		2.444	1.570	4.014
Material		172	59		231
Serviços de terceiros	17.3	955	859		1.814
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.1	8.723	47		8.770
Depreciação - Ativos de direito de uso	10.1		98		98
Amortização		890	24		914
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1			39	39
Arrendamentos e aluguéis			41		41
Outras		1	436		504
Total		327	13.251	39	16.751

17.1 Energia elétrica comprada para revenda

O saldo negativo de R\$93 em 31 de março de 2021 ocorreu devido ao recebimento de reembolso pago pela CCEE, referente ao risco GSF que teve percentual abaixo dos 92% no período. O fato é decorrente da adesão a proposta de repactuação do risco hidrológico em 2020.

17.2 Pessoal e Administradores

Período de 3 meses findos em 31 de março		
	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	2.281	2.076
Encargos	765	730
Previdência privada - Corrente	92	85
Despesas rescisórias	179	27
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	343	323
Outros benefícios - Corrente	550	485
Outros benefícios pós-emprego	19	20
	4.229	3.746
Administradores		
Honorários e encargos	245	259
Benefícios dos administradores	8	9
	253	268
	4.482	4.014

17.3 Serviços de terceiros

Período de 3 meses findos em 31 de março		
	2021	2020
Serviços de consultoria	372	332
Serviços de manutenção	304	228
Serviços de limpeza e vigilância	355	332
Serviços ambientais	48	107
Serviços de informática	216	196
Serviços de publicação e publicidade	114	105
Serviços de transporte	21	33
Serviços compartilhados	575	398
Outros	63	83
	2.068	1.814

Notas Explicativas**Notas explicativas****Período findo em 31 de março de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****18 Resultado financeiro**

Nota	Período de 3 meses findos em 31 de março	
	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	453	491
Juros e multa sobre tributos	6	112
Arrendamentos e aluguéis		190
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(23)	(33)
Outras receitas financeiras	49	77
	<u>479</u>	<u>837</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Ajustes a valor presente	13.2	(1.962)
Juros e variações monetárias		(1.900)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1	(722)
Uso do bem público	18.1	(5.055)
Outros juros e variações monetárias		(1.589)
Outras despesas financeiras	(59)	(48)
	<u>(9.387)</u>	<u>(4.467)</u>
	<u>(8.908)</u>	<u>(3.630)</u>

18.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se ao aumento do indexador IGP-M (Nota 1.1.1), que passou para 8,05% acumulados no período de 3 meses, enquanto no mesmo período de 2020 foi de 1,68%.

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Período de 3 meses findos em 31 de março	
	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.562	15.837
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(1.891)	(5.385)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(9)	(11)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		
Incentivos fiscais	44	42
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.856)	(5.354)
Alíquota Efetiva	33,4%	33,8%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Período de 3 meses findos em 31 de março	
	2021	2020
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)		2.637
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	<u>7.846</u>	<u>10.483</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)		0,00656
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Período de 3 meses findos em 31 de março		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 20.1)	Resultado por classe de ações
2021			
Ordinárias (ON)	4.012	(4.012)	
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.550	576	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	163	435	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	51	138	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.070	2.863	3.933
	<u>7.846</u>	<u>-</u>	<u>7.846</u>
2020			
Ordinárias (ON)	5.361	(2.724)	2.637
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.407	(281)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	217	381	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	69	120	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.429	2.504	3.933
	<u>10.483</u>	<u>-</u>	<u>10.483</u>

20.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	100.527	87.772	100.527	87.772
			100.527	87.772	100.527	87.772
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.351	780	1.351	780
Concessionárias		Nível 2	1.367	1.288	1.367	1.288
Rendas a receber	5	Nível 2	10.839	12.698	10.839	12.698
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	25	25	25	25
			13.582	14.791	13.582	14.791
			114.109	102.563	114.109	102.563

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	2.047	4.472	2.047	4.472
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	57.701	54.410	62.261	58.771
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13					
Moeda nacional		Nível 2	95.910	103.166	100.553	98.591
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	1.266	1.404	1.266	1.404
Arrendamentos e aluguéis	9.1	Nível 2	1.943	390	1.572	280
Licenças Ambientais	14.2	Nível 2	15.650	14.868	15.496	14.686
			174.517	178.710	183.195	178.204

21.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2021 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, os riscos significativos encontram-se controlados pelos motivos acima descritos, considerando que sua atividade principal é o arrendamento de sua usina, com preços definidos em contrato protegidos de inflação.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	100.527	1.900	1.900	472	942	(473)	(947)
		100.527	1.900	1.900	472	942	(473)	(947)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 2,8% e 6,4% a.a..

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/03/2021					31/12/2020
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.675	213	159			2.047
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.266		1.266
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			6.289	17.418	76.846	100.553
Uso do bem público	558	1.108	4.954	30.044	25.597	62.261
Arrendamentos e aluguéis	68	136	58	1.096	214	1.572
Licenças Ambientais	248	1.385	4.006	9.857		15.496
	2.549	2.842	15.466	59.681	102.657	183.195
						178.204

21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

21.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

21.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating mínimo de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

21.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/03/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos	100.553	98.591
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(101.878)	(88.552)
Dívida líquida	(1.325)	10.039
Total do Patrimônio Líquido	913.007	909.301
Total do capital	911.682	919.340
Índice de alavancagem financeira - %	-0,15%	1,09%

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa****22.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2021					
Efeito não caixa					
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/03/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	21.491			2	21.493
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13.2 98.591		1.962		100.553
Arrendamentos e aluguéis	9.1 280	(106)	14	1.384	1.572
	<u>120.362</u>	<u>(106)</u>	<u>1.976</u>	<u>1.386</u>	<u>123.618</u>
2020					
Efeito não caixa					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	8.634				8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	92.320			1.900	94.220
Arrendamentos e aluguéis	1.015	(85)	(206)	16	740
	<u>101.969</u>	<u>(85)</u>	<u>(206)</u>	<u>1.916</u>	<u>103.594</u>

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	11	86
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.384	
Total	<u>1.395</u>	<u>86</u>

23 Compromissos contratuais e Garantias**23.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de março de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/03/2021				31/12/2020
	Abril/2021 a Março/2022	Abril/2022 a Março/2024	Abril/2024 a Março/2026	A partir de 2027	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	11				11
Obrigações de compra					72
Compra de Energia	863	1.531	484		2.878
Materiais e serviços	11.115	9.701	744	78	21.638
Prêmio de risco - GSF				400	400
	<u>11.989</u>	<u>11.232</u>	<u>1.228</u>	<u>478</u>	<u>25.532</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2021				31/12/2020
	Abril/2021 a Março/2022	Abril/2022 a Março/2024	Abril/2024 a Março/2026	A partir de 2027	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	11				11
Obrigações de compra					70
Compra de Energia	863	1.736	603		3.202
Materiais e serviços	10.746	10.502	901	131	22.280
Prêmio de risco - GSF				872	872
	<u>11.620</u>	<u>12.238</u>	<u>1.504</u>	<u>1.003</u>	<u>26.365</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23.2 Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2021	31/12/2020
Seguro de vida	Aval de acionista	11.076	10.953
Ações judiciais	Seguro garantia	457	433
		11.533	11.386

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com
Investidores

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de
Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Patrícia Pereira Kleiber
Diretor Vice-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

**João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da
Costa**
Conselheiro

Luiz Antonio Ehret
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 10 de maio de 2021 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2021, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 10 de maio de 2021.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

MARLON RESENDE JUNIOR
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 10 de maio 2021, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2021.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO
Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER
Diretora Vice-Presidente

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO
Diretora Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 10 de maio de 2021, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2021, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO
Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER
Diretora Vice-Presidente

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO
Diretora Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação